

**É dia de feira, não importa a feira:
as grandes feiras de Salvador, confluências e resistências**

*C'est jour de marché, quel que soit le marché:
Les grandes foires, les confluences et les résistances du Salvador*

Jeanne Almeida Dias¹

Resumo

Este artigo analisa as grandes feiras livres e populares de Salvador, com o objetivo de reconstruir a memória social desses espaços e destacar sua importância no desenvolvimento da sociedade baiana. Tem como objetivo traçar uma relação entre as feiras e o desenvolvimento da cidade, destacando a circulação de mercadorias e as relações sociais que se formam nesses contextos. O estudo aborda a implantação das feiras desde a Cidade Alta até a atual localização na Enseada de São Joaquim, analisando mudanças físicas e sociais ao longo do tempo. Além disso, investiga as interdependências entre as feiras e o abastecimento da cidade, apresentando-as como espaços de diversidade e solidariedade. O artigo é dividido em seis tópicos, começando com a origem das feiras em Salvador, passando pela Freguesia do Pilar. Também aborda aspectos socioeconômicos e culturais para entender as relações formadas nesses espaços. Metodologicamente está ancorado no levantamento de dados em jornais, documentação histórica, filmes sobre a temática e observação participante. Espera-se com esse trabalho aprofundar a compreensão das interações e capilaridades que as feiras proporcionam.

Palavras-chave: Feiras livres de Salvador; Relações sociais; Desenvolvimento urbano.

Resume

Cet article analyse les grands marchés populaires et en plein air de Salvador, cherchant à reconstruire la mémoire sociale de ces espaces et à souligner leur importance dans le développement de la société bahianaise. Il vise à établir un lien entre les marchés et le développement de la ville, en mettant en avant la circulation des marchandises et les relations sociales qui se forment dans ces contextes. L'étude aborde l'implantation des marchés depuis la Cidade Alta jusqu'à leur localisation actuelle dans l'Enseada de São Joaquim, en analysant les changements physiques et sociaux au fil du temps. De plus, elle explore les interdépendances entre les marchés et l'approvisionnement de la ville, les présentant comme des espaces de diversité et de solidarité. L'article est divisé en six parties, commençant par l'origine des marchés à Salvador, en passant par la Freguesia do Pilar. Il aborde également des aspects socio-économiques et culturels pour comprendre les relations qui se créent dans ces espaces. Sur le plan méthodologique, il s'appuie sur la collecte de données dans les journaux, les documents historiques, les films sur le sujet et l'observation participante. Ce travail vise à approfondir la compréhension des interactions et des capillarités que les marchés favorisent.

Mots-clés: Marchés en plein air; Salvador; Relations sociales; Développement urbain.

¹ Cientista Social e Antropóloga, pela UFBA. Especialista em Gestão e Educação Ambiental, pela UNIBAHIA, Mestra em Arqueologia, pela UFS e Especialista em Gestão Social e Políticas Públicas do Patrimônio Cultural, pela Universidade Federal da Bahia. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0406-264X>

1. Ô DE CASA!!!

Este artigo analisa algumas das grandes feiras livres de Salvador, abordando a divisão social do trabalho e compreendendo esses contextos como um fato social (Durkheim, 2019). Em outras palavras, busca-se estabelecer uma relação sintagmática entre esses aparelhos sociais ao longo do processo de desenvolvimento da cidade, destacando seu potencial de integrar dois movimentos distintos, porém complementares: a circulação de mercadorias e as redes de relações sociais. Esses processos consolidam-se como parte da economia das trocas materiais e simbólicas, conforme proposto por Rocha (2020), com base nos estudos do geógrafo baiano Milton Santos (2004), como Circuito Inferior, tanto da Economia Urbana quanto dos Fluxos Socioespaciais.

Este trabalho tem como objeto de estudo algumas feiras de Salvador. Visa analisá-las a partir do seu potencial de confluências e capilaridade. E, especificamente, abordar o processo de implantação destas feiras em diferenciados momentos desde seu primórdio na Cidade Alta até a sua atual localização na Enseada de São Joaquim, na Cidade Baixa; observar a partir do percurso histórico a ocorrência de mudanças ou permanências, em relação aos aspectos físicos e espaciais, no perfil dos feirantes, em termos de status social, raça, gênero, faixa etária, grau de escolaridade, afiliação religiosa e nível de associativismo; entender as relações de interdependência entre a formatação da feira e o abastecimento à cidade, além de apresentar os perfis da população lotada na Freguesia do Pilar, àquelas que utilizavam esses espaços para comercializar, seja na compra de mercadorias quanto na venda de produtos e, por fim, apresentar essas áreas como espaços de diversidade, acolhimento e de estabelecimento de laços solidários, além das percepções dos diferentes grupos sociais sobre elas, ou seja, seus frequentadores e feirantes e o restante da sociedade.

Mas por que estudar feiras? Antes de mais nada, precisamos explicar que estudar essas feiras é estudar todo o conjunto de símbolos, ideias e ideais que a realidade e materialidade da feira evocam. Seu percurso histórico está alinhado ao desenvolvimento urbano, socioeconômico e histórico da cidade de Salvador.

Aqui apresentam-se as várias relações de interdependência, pois esses espaços abarcam a lógica das disputas e colocações sociais, sobre seus frequentadores e ocupantes, além da representação simbólica que cada um desses grupos, em interação, atribui à feira e sobre o seu papel/função dentro deste espaço.

Nesse sentido, traçar o desenvolvimento histórico da feira foi fundamental para compreender como a cidade evoluiu em termos socioeconômicos e políticos. Comparar as lógicas espaciais, de implantação e extensão, nos forneceu dados para entender as diferentes formas de atendimento da feira às demandas sociais, de uma Salvador em constante processo de mudança.

Entender os aparelhos em interação — como o porto, suas estruturas, trapiches, linha férrea e outras estruturas associadas — permitiu-nos localizar a feira dentro das lógicas econômicas de abastecimento da cidade e do escoamento da produção local, a partir da compreensão dos processos de circulação de mercadorias.

E, por último, compreender como todas as questões aqui evocadas, entram em interação, em quais pontos e até quais níveis se apresentam interdependentes.

Este artigo encontra-se dividido em seis tópicos essa introdução que vida apresentar a sequência lógica do trabalho. A ele segue um preâmbulo sobre a origem das feiras em Salvador, inicialmente na parte alta da cidade. O terceiro tópico visa apresentar a Freguesia do Pilar local de ocorrência/permanência do nosso principal objeto de estudo, que a partir de um “deslocamento compulsório” migrou por três espaços distintos, até se assentar no último deles, São Joaquim.

O quarto tópico vai abordar esses três momentos da feira já na Cidade Baixa, sua interação com a opinião pública e aspectos sociais envolvidos. Nesse sentido, apresenta um apanhado sobre os seus múltiplos momentos de ocorrência, desde a sua localização no Armazém 7 das Docas, até a sua instalação na localidade de São Joaquim, elencando os interesses sociopolíticos envolvidos.

O quinto item discute os diversos aspectos existentes, principalmente, a partir da visão da antropologia de *ethos* (Bourdieu, 1996), e das relações socioeconômicas produzidas e reproduzidas no espaço, a partir da percepção da teoria do Circuito Inferior da Economia Urbana, quanto do Circuito Inferior dos Fluxos Socioespaciais. E, assim, observa quais elementos materiais e simbólicos foram sendo construídos (Deetz, 1996), reforçados e/ou rejeitados na espacialidade da feira.

Na sequência, encontram-se as considerações finais, e a partir da articulação lógica dos pontos anteriormente apresentados, formatou-se um mosaico, no intuito de aprofundar entendimento sobre as capilaridades e integrações que a feira oportuniza.

Esteve, metodologicamente, baseado no levantamento de dados, buscados através de informações em jornais existentes nos veículos oficiais da cidade de Salvador, na análise de discurso presente na mídia cinematográfica sobre o tema, na documentação presente no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), tendo como recorte temporal toda a documentação localizada dos períodos de ocorrência deste tipo de organização social, na própria observação participante do momento atual, *in situ*, através de algumas visitas no local e a obtenção de dados a partir de estudos elaborados por áreas correlatas do conhecimento que tenham como objeto de estudo as feiras livres.

Nesse sentido, dois pontos precisam ser destacados, a ocorrência de baixa disponibilidade e a maneira difusa dos dados sobre as feiras em Salvador, as primeiras feiras existentes, mas especificamente, as de ocorrência na Cidade Alta até o século XIX e a Feira do Sete, possuem pouquíssimas publicações disponíveis. O que se encontra nas páginas a seguir foi o resultado do esforço em juntar esses poucos parágrafos no intuito de reconstruir essa importante memória social do desenvolvimento da sociedade baiana e do *gens* que oportunizou a existência da São Joaquim moderna. Outro obstáculo encontrado foi a não disponibilidade a pesquisadores do Arquivo Público da cidade, fechado para mudança de local. Uma ausência inestimável, em termos de contribuição ao trabalho.

2. NA PRAÇA DO POVO, A FEIRA

A história das feiras em Salvador, cruza-se com a história da criação da cidade de Salvador. Elas sempre foram o espaço, por excelência, para as práticas comerciais e mercantis dentro da cidade. Sendo formatada por uma diversidade de agentes, e com o intuito de abastecer a urbe. Para elas convergiam, desde sempre, as diferentes populações residentes, com o objetivo de fomentar as trocas comerciais. Nos primeiros tempos de Salvador, se estabelecendo na área central da então cidade, que existia intramuros. Nesse cenário, esse local era responsável por um grande número de trocas comerciais e circulação de bens.

Inicialmente a Praça da Feira esteve localizada na Cidade Alta, considerando que as áreas do bairro da Praia², até então escassas e restritas a poucos usos, não comportavam um aparelho assim. Assim, o pesquisador Spínola (2022) nos informa que a primeira feira da

² O bairro da Praia comportava toda a faixa de terra existente na parte de baixo da escapa de Salvador, no período de pós formação da cidade, no século XVI. Após os processos constantes de aterros para reocupação demográfica o bairro da Praia foi ampliado, dando origem ao atual bairro do Comércio. (Nota da autora).

cidade, ainda no século XVII, estivera localizada no local hoje ocupado pela Praça Castro Alves, no Centro de Salvador, à época pertencente à cidade intramuros, depois das Portas de Santa Luzia, onde hoje encontra-se o Palácio dos esportes (Imagem 1).

Imagem 1 - Localização das Portas de Santa Luzia, Santa Catarina e da recém-criada Praça do Palácio, no período abordado.



Fonte: Base Google Earth, com adições da autora.

Segundo o autor, a Feira da Praça da Feira tinha como intuito fornecer e circular alimentos a então população de residentes em Salvador, por meio de dois fluxos: o atendimento à população residente na vila do Pereira, aos grupos de Caramuru (atual bairro da Graça) e os funcionários e demais habitantes vindo a partir da ocasião da fundação da Cidade. Posteriormente, foi transferida para a Praça da Parada/ Praça do Palácio (atual Praça Municipal) após a sua construção. Durante todo o tempo, seu acesso era feito pela Rua Direita dos Mercadores e Rua Direita do Palácio (atual Rua Chile), as ladeiras da Conceição, da Montanha e da Barroquinha.

Segundo Tavares (2008), a vila construída por Francisco Pereira Coutinho, conhecida então como Vila Velha ou Vila do Pereira, teria sido um segundo núcleo de povoamento das terras recentemente ocupadas na Colônia brasileira, empreitada realizada de forma rápida, construiu-se casas para cem habitantes e dois engenhos, um deles no trecho hoje conhecido como Pirajá, um pouco distante do Farol da Barra. Para tal o então donatário estabeleceu

contato com Diogo Álvares e este com os indígenas para o abastecimento da vila, sendo fornecidos pescado, caça e madeiras, a serem comercializados na feira. Contudo, esta relação não foi totalmente harmoniosa e a vila foi constantemente atacada pelos indígenas, em represália às violências praticadas contra estes pelo donatário.

Do mesmo modo que em outras cidades portuguesas da América do Sul, especificamente em território brasileiro, Salvador nascia com o sentido de conferir proteção às terras coloniais exploradas pelos lusitanos. Assim, teria sido orientada a atender às necessidades militares, com um plano urbanístico guiado pelo sistema de fortificações, pouco depois dos primeiros núcleos ocupacionais, compostos por feitorias, capitanias e sesmarias. Este modelo encontrou terreno propício pouco distante da antiga Vila, em um dos pontos mais altos da costa, próximo à Baía, com água potável e um bom porto.

Certamente tais características atendiam ao princípio básico de ocupação buscada pelos portugueses, regido pela oposição entre alto e baixo, destinado ao poder central, à zona portuária e às atividades braçais, respectivamente, conferindo proteção militar. Com isso, as cidades portuguesas, na qual Salvador se insere, cresceriam seguindo as fortificações, que por sua vez eram orientadas pelos meios geográfico e fluvial, margeando a costa e acompanhando as deformidades do relevo, além de outros aclives e declives topográficos (Gutierrez, 1983).

Ainda de acordo com essa percepção, Paulo Santos (2001) entende que esse caráter de ocupação imputaria a Salvador um aspecto informal, mas ainda assim haveria espaço para uma praça central, onde estariam concentrados os poderes administrativos e eclesiásticos.

As praças no Brasil colonial eram o centro de reunião da vida urbana, em que se realizam as cerimônias cívicas e toda sorte de festividades, religiosas e recreativas, e serviam ainda aos mercados e às feiras. Nelas se localizam os edifícios principais, que mais enobreciam a cidade: a casa de Câmara e cadeia, a casa dos governadores, a igreja matriz (Santos, 2001, p. 72).

Em sua parte alta, dentro dos limites dos muros, em seu traçado mais antigo, a cidade possuía uma praça quadrada onde estavam a Casa dos Governadores e a Casa de Vereança. Daí partiam as ruas longitudinais que seriam à Direita dos mercadores e a Direita Palácio (atual Rua Chile) e a Rua da Ajuda e ruas transversais do Tira-chapéus e das Vassouras (Tavares, 2008). Outras ruas longitudinais eram a do Pão de Ló e dos Capitães, que recebera esse nome por estar junto à porta de Santa Luzia ali se encontrar a casa dos capitães.

Se, em termos de pujança a parte baixa soteropolitana sequer ofuscava as construções na parte alta, a feira da Cidade Alta não apresentava os mesmos contornos e potencialidades

como o que vamos observar, naquelas localizadas na Cidade Baixa, pois atendia à pequena população existente na Salvador dos primeiros tempos, considerando que, como colônia portuguesa, o país ainda tinha fortes limitações de comércio e poucas trocas mercantis com o mundo externo.

Há uma ausência latente de informações sobre a transferência dessas trocas comerciais da Cidade Alta para a Cidade Baixa, sabe-se, porém, que desde à sua consolidação, o bairro da Praia, como inicialmente foi denominado do Bairro do Comércio, sempre foi associado à sua vocação mercantil, algo que os inúmeros processos de aterramento potencializaram a partir da possibilidade de ocupação demográfica desse espaço então constituído, a partir do Século XIX, para atender as demandas da instalação do Porto, considerado um dos maiores e mais modernos do período colonial.

3. LINHA 1920: SALVADOR X MODERNIZAÇÃO — PARADA FREGUESIA DO PILAR

No final dos Oitocentos, a cidade de Salvador passou a possuir uma divisão administrativa formada por diversas freguesias. A palavra freguesia possui dois significados: um sentido literal, que se refere ao conjunto de paróquias que, do ponto de vista eclesiástico, formam uma clientela ou freguesia. E outro, que significa uma delimitação, divisão administrativa e religiosa da cidade, onde estão localizados os habitantes ligados a uma Igreja Matriz. Essa divisão religiosa, posteriormente, foi adotada também administrativamente, pelo Governo.

No século XIX a cidade entra em um acelerado processo de modernização, no qual importantes obras de infraestrutura serão executadas também na Cidade Baixa, como a abertura de ladeiras, a implantação de muros e calçadas entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta, o calçamento de ruas do bairro comercial, além da instalação de chafarizes públicos, a iluminação das ruas com combustores a gás e a construção de ligações com os bairros periféricos. São observados os aspectos na evolução física da cidade, que modelaram a estrutura urbana encontrada no século XX.

O desenho original da cidade passa a ser duramente criticado, e propostas de remodelação da urbe não demoraram a surgir em grande número. Havia ainda uma perceptível segregação espacial, representada nas duas escarpas da cidade em relação aos seus ocupantes no período colonial. Na qual a Cidade Baixa esteve ocupada, em sua maioria, por pequenos comerciantes e população pobre, até a transição dos séculos XVIII e XIX

(CEAB, 1979; Sampaio, 1949; Sampaio, 2005). A partir dos XIX essa composição social inicia um rápido processo de mudança.

Nesse sentido, os dados de Nascimento (2007) e Vasconcelos (2016) ajudam a compreender o perfil dos indivíduos que permaneceram ou se estabeleceram na Cidade Baixa nesse período. Em escala mundial a burguesia, ascende socialmente. Essa mudança de paradigma gerada pelo capital vai refletir na formação social e residencial em Salvador, visto que a classe burguesa soteropolitana, em processo de obtenção de numerário e prestígio, se caracteriza por grandes comerciantes, que preferem se fixar próximos ao seu comércio e ao porto, no Bairro da Praia, na Cidade Baixa.

Considerando o lapso temporal necessário, passamos para a década de 30 do século XX, a fim de entender a área de abrigo das feiras da Cidade Baixa, o processo de desenvolvimento lógico e a implantação desde a Feira do Sete, passando pela Feira de Água de Meninos até a Feira de São Joaquim. Todas elas assentadas na então Freguesia do Pilar

3.1 A FREGUESIA DO PILAR

A Freguesia do Pilar estava inserida no perímetro do Bairro da Praia, como era chamada a Cidade Baixa, também conhecida como Bairro Comercial. O Bairro da Praia possuía, no entanto, pequena extensão e pouca profundidade, entre o pé da montanha e uma estreita faixa de terra, onde inicialmente foi construída a Igreja da Conceição da Praia e estabelecida a zona comercial e de construções navais. Seu perímetro compreendia o trecho entre a atual Preguiça até a Praça Cairu (atual Praça Maria Filipa), avançando até a altura da Praça Conde dos Arcos, na parte baixa da Ladeira do Taboão, a partir dos anos 1650.

Nos dois primeiros séculos após a fundação da cidade, apesar da expansão territorial, o Bairro da Praia conservava a característica de uma rua única, com construções destinadas a funções comerciais, tais como armazéns e trapiches, além de um estaleiro e residências. Esta característica, no entanto, não significa que Salvador e seu porto não estivessem alcançando dinamismo comercial e portuário no Mundo Português. (Leal, 2016). O aumento das construções na praia no final do século XVII sugere maior movimentação comercial, reforçado pelas impressões dos viajantes estrangeiros que visitaram Salvador entre os anos de 1681 e 1717³.

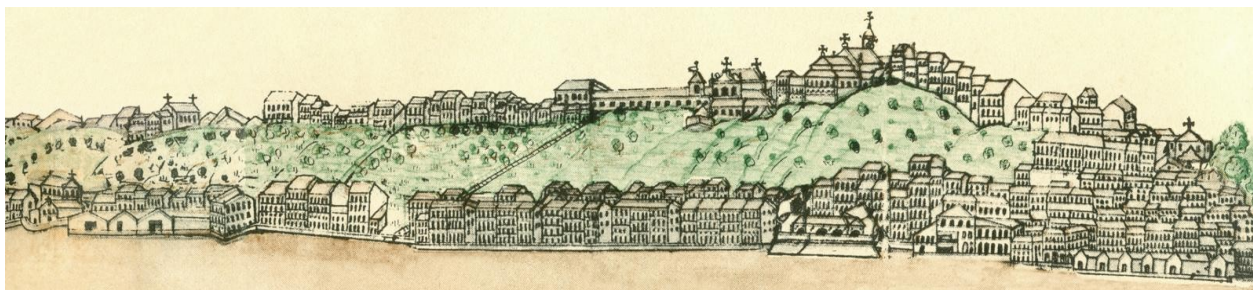
³ Sobre as impressões de viajantes se refere a Francisco Coréal (1685), François Froger (1695), William Dampier (1699), La Barbinais (1717). Ver Simas Filho (1998, p. 108).

Todos os tipos de embarcações convergiam para o abrigo da Baía de Todos os Santos (Pinho, 2016 apud Souza, 2018), sendo Salvador o ponto de comunicação da colônia com o mundo.

Para atender a esta demanda, a comunidade mercantil construiu trapiches e armazéns na Cidade Baixa, próximos ao porto. Foram exatamente os donos dos trapiches, os primeiros responsáveis financeiros pelos aterramentos executados nessa área da cidade entre os séculos XVIII e XIX.

Neste período, a ocupação da faixa à margem da Baía de Todos os Santos cresceu, estendendo-se da Preguiça, na Freguesia da Conceição da Praia, até Água de Meninos, na Freguesia do Pilar. Edificações importantes para a cidade ocupavam este perímetro, tais como a Alfândega, arsenal, estaleiro, Igreja da Conceição da Praia, além dos já citados trapiches, armazéns, casas comerciais e residências. O prospecto da cidade realizado por José Antônio Caldas em 1758, ilustra a distribuição espacial dos edifícios existente ao longo do Bairro da Praia (Imagem 2).

Imagem 2 - Trecho do Prospecto de Caldas. Ampliação do bairro da Praia, destaque área da Freguesia do Pilar.



Fonte: Disponível em <http://www.cidade-salvador.com/seculo18/caldas/prospecto-caldas.htm>

A Freguesia do Pilar, criada em 1718 por desmembramento da Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, é parte integrante do vetor norte de expansão da Freguesia da Conceição da Praia. No século XVIII, o Bairro da Praia, avançou além da linha da encosta em direção ao mar com sucessivos aterros decorrentes de projetos de reformas que buscaram beneficiar o porto e ampliar o bairro comercial. Embora os aterros no Bairro da Praia tivessem como principal objetivo a ampliação do sistema de portos e de unidades ligadas ao armazenamento de mercadorias, terminaram por contribuir para o aumento das unidades residenciais.

O quadro social e econômico da freguesia esteve em sintonia ao longo dos séculos, possuindo uma população bastante heterogênea, formada por comerciantes, militares de menores patentes, ex-escravizados, brancos menos abastados, pardos e negros livres.

O aterro (Imagem 3) entre a região de Água de Meninos e a Jequitaita contribuiu para o aumento populacional na Freguesia do Pilar já no século XIX, conforme observado na análise de censos realizados a partir de meados do século. Nascimento (2007) estima, a partir do censo de 1855, um total de 777 casas no Pilar, com a configuração social supracitada.

Imagem 3 - Aterramentos no bairro do Comércio. Postal de 1930.



Fonte: Autor desconhecido.

Em meados do século XX, em Salvador, ocorre uma grande expansão da malha urbana, refletindo a maneira como a população se ajustou às novas condições sociais e econômicas da cidade. Em toda a Cidade Baixa e a parte suburbana de Salvador ocorre uma ocupação massiva dos espaços desocupados, com o crescimento vertical e horizontal desenfreado. A cidade cresce e... a feira reaparece.

4. ME DESPACHE: A FEIRA E SEUS MOMENTOS

4.1 A FEIRA DO SETE

Com a ampliação da área e o interesse por habitação no local, vemos que a Freguesia do Pilar passa a ter encostas e outras áreas ocupadas, como aquelas porções que pertencem à feira, assimilando, de certa forma, um movimento já existente em Salvador para as classes menos abastadas que era morar no mesmo espaço da realização das atividades profissionais. Antes, porém, vamos à Feira do Sete.

Com a instalação do Porto na área da Cidade Baixa e as reformas ocorridas no primeiro quartel do século XX (Imagem 4), entre 1906 e 1911, veio também a instalação de toda uma rede de suporte ao seu funcionamento, já que os trapiches sozinhos não conseguiam suprir a demanda. Foram então implementados os armazéns, estruturas responsáveis pelo armazenamento das cargas e descargas dos materiais e insumos recebidos e/ou despachados pelo porto. Não se tem uma data específica, mas o levantamento bibliográfico aponta que a formação da Feira do Sete ocorreu nesse período.

Imagem 4 - Região do Porto na década de 1930.



Fonte: Autor desconhecido.

A feira recebe esse nome por estar localizada próximo a um desses armazéns, o armazém 7 das Docas. Alguns pesquisadores apontam que seu início se deveu à presença de uma vendedora negra de mingaus, que aproveitando o grande fluxo de transeuntes, se estabeleceu no local.

Com o passar do tempo, a área foi ganhando novos comerciantes, que além de comercializar passaram a residir também na área. A feira permaneceu, mas não de maneira harmônica com toda a sociedade, conforme demonstra o trecho do jornal A Tarde:

Há ali de tudo quiçá mais barato. De certa hora em diante, o Sete toma outros aspectos. Nada lhe falta desde a jogatina, a começar do sete bahiano, jogo de pregos e outros. À noite, não raro a polícia entra em conflito com os seus habitantes. É um inferno. (A Tarde, 14/8/1931, p. 2).

O jornal A Tarde de 1931, trouxe em seu bojo uma classificação quanto ao perfil dos seus habitantes:

O Sete é de facto uma cidade exótica. Há gente que ali vive, que cria galinhas e porcos; há barbeiros, que fazem a barba na expressão do poeta, “pelo amor de Deus”, e, há até brasileiros ali nascidos, embalados pelo marulhar das ondas e ao som das cantigas dos violeiros nas barracas, a luz dos fífôs. (A Tarde, 14/8/1931, p. 2).

E quanto ao perfil das moradias existentes no local:

A feira do Sete, como toda gente conhece, é uma das coisas mais famosas da nossa terra. Relevado o absurdo do confronto, é assim, uma espécie de bairro chinês, de Nova York. De facto, a feira do Sete- a Flandrelândia, como lhe chismaram, com a sua centena de casebres de folhas de Flandres, pedaços de latos de kerozene etc apresenta-se aos olhos admirados dos estrangeiros que nos visitam como um verdadeiro aldeamento. (A Tarde, 14/8/1931, p. 2).

Considerada, pela elite baiana como uma área totalmente insalubre, de extrema pobreza e que em nada acrescentava ou ressaltava os ideais higiênicos e de civilidade que buscavam ser implantados na cidade à época, seguindo a moda das cidades europeias, a Feira do Sete entraria em rota de colisão aos anseios para o Porto de Salvador, que estava em rápida ascensão e buscava novos espaços para expansão e a implantação de uma linha férrea.

Dahi, a razão dessa providencia de agora para se acabar com a Flandrelândia, que estava servindo de pasto a certos estrangeiros que escolhiam a Feira do Sete como acepipe das suas indispensáveis Kodacks que só apanham o que nos pode deprimir lá fora. (A Tarde 14/8/1931, p. 2).

Tendo a municipalidade e parte da opinião pública em oposição à sua existência, a Feira do Sete sucumbiu diante de um incêndio em 1934, dias depois das autoridades informar sobre o seu desmonte e deslocamento para a área de Água de Meninos. Os jornais à época

noticiaram, inclusive, que esse evento foi comemorado pela população soteropolitana abastada, que a considerava um risco à segurança pública.

Nesse sentido, observa-se uma lógica de segregação espacial formada pelo perfil das pessoas que frequentavam a feira, em sua maioria as classes mais empobrecidas da população, atraídas pela variedade de mercadorias e preços baixos encontrados no local. Esse perfil também se refletia nos comerciantes que ocupavam a área, vista como de extrema pobreza e insalubridade, um local onde se exerciam as atividades do mundo do trabalho e também se instauravam habitações, mas sem os aparatos necessários por parte dos governantes em termos de serviços e/ou infraestrutura. Decerto, que em 1934, a Feira do Sete desaparece varrida por um incêndio, o primeiro, mas não o último, a atingir as feiras livres de Salvador.

4.2 A FEIRA DE ÁGUA DE MENINOS

(Das Feiras), Água de Meninos, é a mais típica. Situada na cidade-baixa, meio do caminho entre o Elevador Lacerda e a Igreja do Bonfim, antes da Estação Ferroviária de Calçada, esparrama-se à beira-mar, ao pé da Igreja do Pilar, debaixo de várias ladeiras baianas[...]Tomando condução na Praça Cairú, não tem errada: seguindo o trilho de bonde, "marinete" ou carro passarão por lá. De longe, é só um ajuntamento de barco, barraca, mercadoria e gente, é um cheiro agudo de mangue e maresia. (Maia, 1955, p. 5)⁴.

A feira que ardeu sob chamas em 1934 ressurgiu cerca de 20 anos depois na enseada de Água de Meninos, trazendo em seu corpo a mesma mescla que a tornara tão questionada outrora. Sua simples existência trazia, em sua persistência, o elemento de afronta a um grupo social que não tolerava a existência daqueles milhares de não afortunados que habitavam o universo da feira, agora em Água de Meninos. Tipos esses descritos por Maia (1955) da seguinte forma:

Brancos, pretos e amarelos, mulatos, sararás, caboclos, gazos e cabo-verdes, de todos os sexos e idades, de classes média e proletária, encontram-se, falam, pechinçam, discutem, numa algazarra de várias línguas onde impera um português bem brasileiro[...] E saveiristas de músculos tatuados,[..], marujos de barcas de três velas,[...], estivadores taludos das docas, o andar banzeiro de jogador de capoeira, negros

⁴ Foi mantida a grafia conforme a publicação, em todas as citações. Assim, todas as expressões estão grafadas conforme o original.

dolentes, de ôlho vermelho, sentados por trás dos balcões de pau, pálidos e barrigudos negociantes espanhois, mascates sírios com seus tradicionais bigodões, macios e mirrados chineses, sergipanos franzinos, gordas e lustrosas pretas nativas, entrechocam-se, combinam-se, àqueles que descem do morro para fazer a feira, com sacos e mocós - funcionários, médicos, militares de sargento para baixo, pequenos comerciantes, caixeiros e operários, donas-de-casa e empregadinhas domésticas, meretrizes e turistas. (Maia, 1955, p. 5-6).

Aí se tem uma amostra das pessoas que constituíam a feira, sejam aquelas que atuavam diretamente na sua operacionalização, sejam aquelas que lá iam para adquirir produtos e viveres. Pelo recorte dado pelo autor, ainda que metido a poeta, observa-se a exacerbação dos estigmas sociais imputados à população que formatava a feira, que pouco difere daquele perfil apresentado na Feira do Sete. Sim, o microcosmo da feira foi desde sua origem na Cidade Baixa ocupado pelas populações miscigenadas e pertencentes às classes mais empobrecidas da população. Sendo, inclusive, para os comerciantes, ocupar o local como espaço de moradia uma estratégia de sobrevivência e forma de permanência, constituindo-se como parte do seu modo de viver no mundo social.

O ponto dissonante aqui encontra-se no último elemento do texto: a presença e relevância que o espaço da feira assumia na perspectiva dos turistas, a partir de um olhar de exotismo, mas que só aumentava a temperatura da panela de pressão em relação às camadas abastadas, que, como no passado entendiam tal processo como um ultraje à tentativa de imersão da sociedade soteropolitana nos ideais de civilidade e progresso. Assim, sem demoras, as queixas sobre riscos à segurança e insalubridade começam a se avolumar sobre a mesa dos dirigentes locais, contendo a exigência de, mais uma vez, varrer para debaixo do tapete o que não se queria, e nem se podia ser visto, e mais do que isso, digerido.

É relevante pensar que as situações de falta de higiene e desarticulação espacial forjadas na consolidação da Feira de Água de Meninos, assim como na Feira do Sete, sua antecessora, comunicavam muito sobre a formatação da sociedade soteropolitana à época e suas latentes desigualdades, algo que empurrava esse exército de desvalidados para um *locus* sem a tão pronunciada infraestrutura, que, em última análise, era atribuição e dever do Estado, através de uma concessão igualitária. Tão situação é descrita por Maia (1955, p. 5), a partir do seguinte aspecto:

[...] a feira é de quem chega, uma vila pitoresca e também, triste é confessar, uma vila suja, de chão batido, lamacenta se chove, poeirenta

se faz verão, detritos apodrecendo pelos cantos. Uma variedade sem conta de tipos humanos, comprando ou vendendo, navega diariamente nas ruelas estreitas, entre as barraquinhas feitas de taboa, cobertas de lona desbotada. (Maia, 1955).

Abaixo (Imagem 5), é possível observar a área da Feira de Água de Meninos a partir de um registro fotográfico de 1957.

Imagem 5 - Água de Meninos em 1957.



Fonte: autor desconhecido.

Entretanto, pode-se observar que esse foi um dos mais importantes momentos sociais do início do século XX, principalmente considerando o momento político que era vivido no país a partir de 1930, com a implantação da Ditadura Militar, abafando muitas possibilidades e protestos no país. As forças antagônicas tornaram-se deveras impactantes ao modelo que então se forjava na feira. Entendamos que eram as camadas menos favorecidas e de minorias representativas que se posicionavam, em contraponto, ao modelo de Estado buscado pelas elites dirigentes do país, a partir principalmente do ideal positivista de progresso e modernização, pautado principalmente na intensificação do processo de industrialização baiana. A feira, que já havia sido alvo de várias tentativas de cerceamento, por parte das autoridades:

Em 1959, houve um acordo entre Docas, Prefeitura, Sindicato dos Feirantes e Capitania dos Portos, para uma possível transferência. Porém, não foi realizada devido a alguns problemas entre os interessados; como a negação de muitos feirantes a mudança e o problema de um local adequado capaz de acolher a grande quantidade de feirantes que ali estavam. No ano de 1960, com a realização do acordo verbal **entre estes**, ficou proibida a construção de novas barras na feira de Água de Meninos. (Ataide, 2008, p. 5 - Grifo meu).

Em 1964, a feira sucumbiu novamente às chamas em um incêndio, em dois atos: Ato 1, no dia 5 de setembro, destruindo cerca de 90% das barracas e parte da estrutura da feira; e Ato 2, cinco dias depois, um novo incêndio, pôs fim às estruturas e barracas que teimaram em resistir, encerrando o ciclo da Feira de Água de Meninos. No caso do primeiro incêndio, depois de 17 anos de processo, apurou-se a culpabilidade dos tanques da empresa de combustíveis da Esso, localizada nas imediações da feira; e, para o segundo incêndio, esse foi atribuído a um dos feirantes locais, que teria deixado uma vela acesa em uma barraca. O curioso é que, em ambos os casos, evidências de que se trataram de incêndios criminosos foram múltiplas, mas não levadas adiante pelas autoridades criminais à época.

O universo da feira, os embates, lutas internas pela sobrevivência, e externas pela permanência, num momento conturbado do nosso país, foram retratados nos filmes “A Grande Feira” (1961) e “Sol Sob a Lama” (1964), sendo a sua análise e comparação tema do artigo de Silva (2019). Segundo ele, os filmes:

[...]nos colocam em presença de um intrincado jogo de reflexão sobre a história, a memória, a arte e a política. [...]. Cabe reconhecer, ainda, a experiência de Água de Meninos como uma oportunidade de se ver essa e outras feiras como espaços complexos, não reduzidos ao mero comércio de alimentos e artesanato, mas articulados com relações de classe, embates políticos, disputas culturais, disputas pelo espaço urbano e conflitos pela memória e a história de práticas populares oprimidas. (Silva, 2019, p.75).

4.3 A FEIRA DE SÃO JOAQUIM

E, como uma fênix, ela renasce novamente, trajando as mesmas vestes e cumprimentando seus antigos companheiros. Depois de várias tentativas, sem sucesso, do governo local em distribuir a implantação da feira através da itinerância pela cidade. Segundo a bibliografia disponível, parte dos comerciantes aceitou bem a proposta, já que os colocava próximos a parcelas da população. Mas foi novamente essa parte que não concordou com o pacto, criticando a sujeira deixada pelas feiras após seu desmonte, uma vez que, inicialmente, as feiras funcionariam três vezes por semana (segundas, quartas e sábados) nos lugares previamente escolhidos.

Por outro lado, havia também a queixa dos feirantes sobre a forma de tratamento dispensada a eles durante as vistorias nesses locais, lembrando que, em plena ditadura militar,

não se tinha a quem encaminhar maiores reclamações. Depois desse malfadado intento, eis que, em 12 de outubro de 1964, é fechado um acordo entre a Prefeitura de Salvador, a Capitania dos Portos, a Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) e o Sindicato dos feirantes para a ocupação, pela feira (inicialmente de 30 anos), de uma área cedida pelo Porto de Salvador.

Imagem 6 - A Feira de São Joaquim, pelo vestuário insere-se a foto na década 90.



Fonte: Disponível em <https://feiradesaojoaquim.com/feira-de-sao-joaquim-historia/>

Aqui, destacamos um aspecto que, na nossa visão, é crucial: mesmo que a feira tenha sofrido ataques de várias camadas da sociedade soteropolitana ao longo da sua existência, seja como Feira do Sete ou Água de Meninos, a feira em si consolidou-se como de alta relevância para muitas camadas da população. A rapidez na transferência do local de assentamento da Enseada de Água de Meninos para a Enseada de São Joaquim, em comparação com o desaparecimento, pós-incêndio, da Feira do Sete ao ressurgimento em Água de Meninos, é um exemplo disso. A publicação Retratos da Cidade, da Prefeitura Municipal de Salvador, a descreve assim:

É o principal entreposto comercial de varejo popular da cidade. Um grande hipermercado a céu aberto, encravado numa enseada da Baía de Todos os Santos, a dois passos da Estação de Passageiros do Ferry-Boat, Salvador-Ilha de Itaparica, e a mais dois ou três passos, ao atravessar a avenida, de onde se situa a Igreja e Orfanato de Menores de São Joaquim [...] (PMS, 1998, p. 28).

Ainda que a constituição da população que ocupava esses espaços pouco tenha se diferenciado, é relevante abordar que a cidade crescia em sua demografia em proporção muito superior àquela experimentada no início do século XX. Nesse sentido, a Feira de São Joaquim (Imagem 6), localizada na imediação do Porto, aparelho esse responsável pela maior parte do abastecimento da cidade no século XX, era um dos vetores responsáveis por dar capilaridade a esses insumos dentro da cidade e seus arredores.

Durante a pesquisa arqueológica realizada em 2021 no local (Dias, 2021), observaram-se remanescentes dos trilhos do antigo ramal da linha férrea que existia na feira, demonstrando a articulação entre esses dois aparelhos: a feira, na recepção e abastecimento direto a várias camadas da população de Salvador a partir da década de 70 do século XX, e o transporte ferroviário, que fazia chegar a várias partes do estado boa parte das mercadorias recebidas na São Joaquim (Imagem 7).

Imagem 7 - Vestígios do antigo ramal férreo na Feira de São Joaquim.



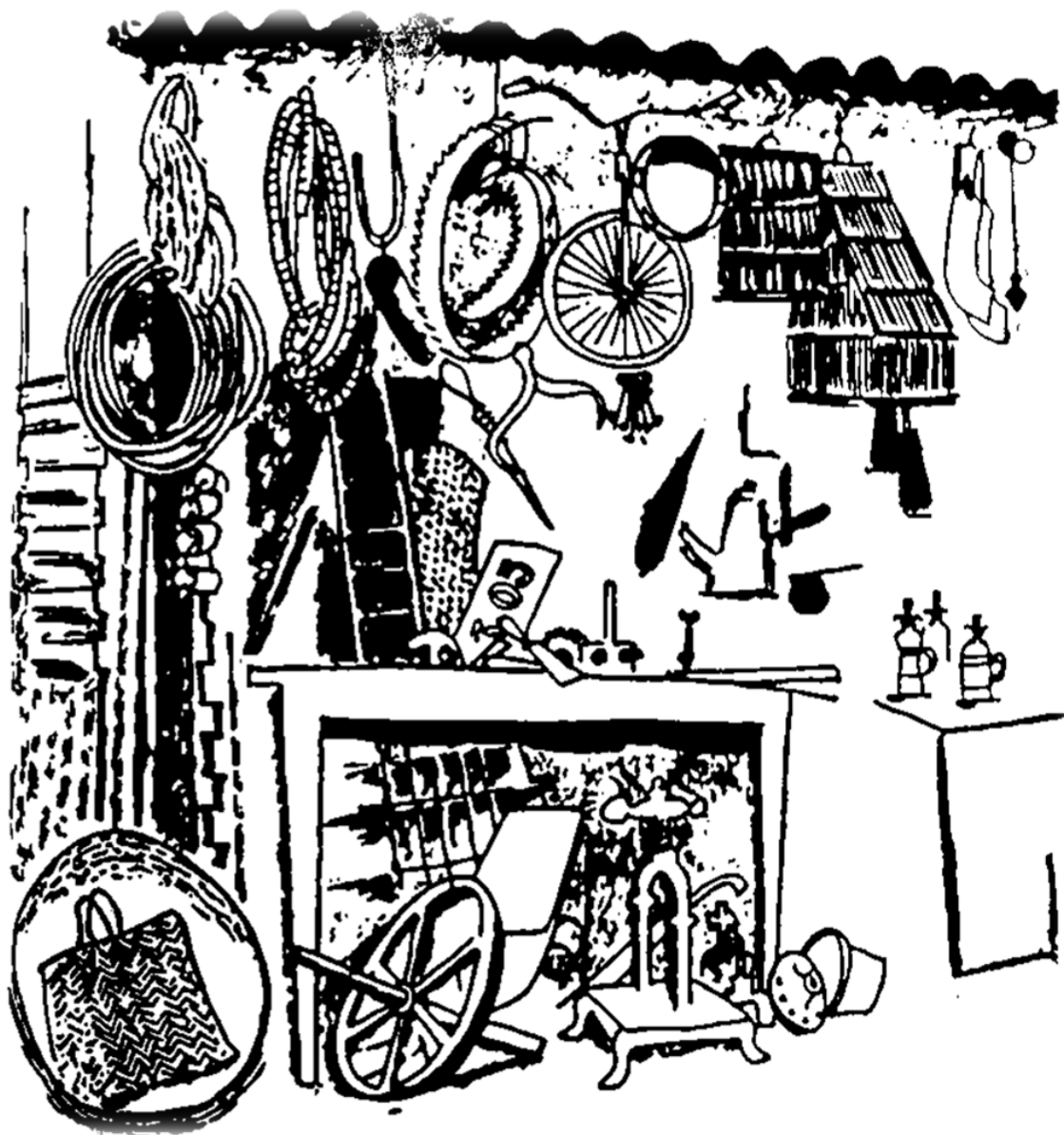
Fonte: Arquivo Pessoal

Entre o segundo e o terceiro quartel do século XX, com a ampliação da malha rodoviária, a feira passa também a ser abastecida por caminhões, embora suas ruas estreitas não fossem adequadas para isso, em detrimento dos saveiros, que perderam espaço no processo, embora continuarem a comercializar com a feira, mas em bem menor proporção.

Nesse ínterim, tem-se ainda a relação tradicional estabelecida entre o Recôncavo produtivo, principalmente de cerâmicas e insumos como fumo e farinha, que também abastecia

a feira. Assim, podemos pensar que São Joaquim (Imagem 8) era um ponto catalizador de todo o comércio da Salvador do período, sendo receptora ou atuando na distribuição.

Imagem 8 - São Joaquim, pela perspectiva de Carybé.



Fonte: Carybé, 2012.

A feira ganha outros contornos e outros fluxos com essa abertura. Apesar do processo mais acelerado de mudanças das conexões supracitadas, amplamente apoiadas na celeridade implementada pelo apogeu industrial experimentado pela Salvador da década de 70, ainda fruto dos ideais de progresso e desenvolvimento do período, no aspecto infraestrutural, a feira pouco se modifica.

Há aí certa dicotomia: a feira, dentre as suas tradicionais características herdadas das suas ancestrais, Feira do Sete e Água de Meninos, permanece inalterada, mas agora ela se assentava em terreno fornecido por um ente público, em atendimento a alguns interesses das camadas que outrora a apedrejaram. Isto é, a população crescia de forma exponencial (as desigualdades permaneciam) e precisava ser alimentada e vestida. São Joaquim era esse lugar. Assim, é descrita:

São Joaquim substituiu Água de Meninos, mas não com o mesmo glamour da antiga feira, embora atendesse e ainda atenda a uma grande faixa da população. Acontece que, a partir dos anos 70, a cidade se modificou, o comércio varejista se expandiu por vários bairros e os supermercados e shoppings passaram a dominar a paisagem urbana. Mesmo assim, a Feira de São Joaquim resistiu e chegou a década de 90 ainda que desfigurada, desordenada, maltrapilha, com muitos problemas nas áreas internas e na Avenida Oscar Pontes que a margeia. (PMS, 1998, p. 28).

Imagem 9 - Feira de São Joaquim, 2024.



Fonte: Arquivo pessoal.

Sim, porque era a feira que atendia às camadas empobrecidas, sendo experimentada também por outras classes, mesmo não sendo elas que fossem diretamente ao local na aquisição desses insumos. Ademais, a feira disputava ainda com a implantação das redes de supermercados⁵ e os shoppings centers⁶ construídos a partir da segunda metade do século XX. Na primeira década dos anos 2000, a Feira de São Joaquim passa pela sua primeira fase de requalificação, com remodelação e reorganização dos boxes, e, em 2024, inicia a sua segunda fase (Imagem 9).

5. VAI LEVAR O QUÊ HOJE, FREQUÊS? REFLEXÕES SOBRE AS INTERCONEXÕES DAS FEIRAS

Considerar todas as articulações vinculadas às feiras, as questões de raça, gênero e geração, suas interseccionalidades, que estão presentes e constituem o universo das feiras estudadas, consolida um perfil de ocupantes e de clientes ao longo do período. Aspecto demonstrado também no último ato do seu processo nômade, aquele que a ambientou na Enseada de São Joaquim, atribuindo-lhe designação. Refiro-me especialmente à formatação de articulação social de mulheres e homens, em sua maioria pretos e pertencentes às minorias representativas e as classes sociais mais baixas, considerando as questões econômicas.

Desde sempre, a feira foi esse reduto de luta: luta pelo sustento, luta pela permanência, luta pelo direito de existir, coexistindo em um cenário social que, por vezes, negou-lhes esse direito, através de incêndios (Imagem 10).

⁵ O primeiro supermercado de Salvador foi inaugurado em 2 de dezembro de 1959, no bairro de Nazaré, pelo sergipano Mamede Paes Mendonça.

⁶ O primeiro shopping de Salvador foi o *Shopping Iguatemi* (atual Shopping da Bahia), inaugurado em 1975, e localizado no bairro do Caminho das Árvores. Uma curiosidade é que a região do entorno do *shopping* “ganhou” o nome de Iguatemi, justamente pela presença do *shopping* no local.

Imagem 10 - À esquerda, São Joaquim e suas personagens (após a primeira fase da requalificação). A direita, a Feira de Água de Meninos e suas personagens.



Fonte: Arquivo pessoal.



Fonte: Carybé, 2012.

Observar-se que, a época mais moderna, adicionou-se mais um caráter à mistura que já representava a feira: a religião e sua relação com aquelas de matrizes africanas, com sua materialidade plasmadas nos guichês e bancas vendedoras de elementos, símbolos e signos diretamente ligados aos seus rituais.

Nesse sentido, ter a Freguesia do Pilar, desde sempre, abraçado a existência das feiras livres de Salvador - do Sete, de Águas de Meninos e de São Joaquim - traz pistas, pois sempre foi ela, dentre todas as freguesias existentes desde o período colonial, aquela que agregava a maior heterogeneidade, considerando o perfil social, racial e econômico da cidade de Salvador.

A feira é, antes de tudo, um espaço de disputas e de solidariedades, no qual ao longo do tempo, se constituiu como área de trabalho e espaço de moradia, abarcando variados processos de vida dos seus múltiplos e diversos habitantes.

A partir da percepção de que essas feiras podem ser pensadas como modelo da sociedade, considerando sua espacialidade associada ao perfil social de ocupantes, as relações de interdependência e de solidariedade e, como modelo para a sociedade (Geertz, 1989), quando se aborda como, a partir da sua heterogeneidade, podem ser alocados espaços para a coexistência da diversidade e, principalmente, como a associação dos grupos civis politizados pode alcançar objetivos com densos resultados. Refiro-me aqui ao período entre o incêndio da

Água de Meninos e a implantação da São Joaquim, considerando ainda a ditadura militar. Não se pode negar que esses feirantes, reunidos em sindicatos e associações, conseguiram, mesmo com toda a força antagônica advinda dos grupos sociais da época, sua permanência e a reprodução do seu modo social do trabalho.

E, ainda assim, adentrou e resistiu à época moderna, com seus amplos processos de velocidade, industrialização, metas higiênicas e organização estrutural voltadas a aspectos racionais, que não coadunavam com a lógica de organização espacial presente nas feiras. Aqui, não se apontam as questões de salubridade, imprescindíveis à reprodução da atividade e garantidoras da saúde aos frequentadores e feirantes, mas falamos da higienização que domesticava espaços e corpos a uma adequação de modelos formatados a partir do processo de globalização do mundo.

Quando Rocha (2020, p. 25) nos apresenta então os elementos que:

[...] trazem à luz agentes sociais não hegemônicos que representam e reproduzem espaços de resistência e persistência ao atual modelo de desenvolvimento. São homens e mulheres que lutam pela sua sobrevivência sem, no entanto, renunciar ao chamado mundo moderno. (Rocha, 2020, p. 25).

A supracitada autora, então a partir da elaboração do geógrafo Milton Santos (2004), para algo que discutimos e dados que apresentamos durante todo esse trabalho, define o Circuito Inferior da Economia Urbana a partir da premissa de que:

[...] o Circuito Superior originou-se diretamente da modernização tecnológica, de essência hierárquica, com grande influência do capital externo, consumo ligado ao poder de compra, sendo seletivo. O Circuito Inferior, formado por atividades de pequena dimensão e de interesse principalmente das populações pobres, mantém relações bem enraizadas e privilegiadas com a sua região. Apesar dos dois circuitos apresentarem características bem distintas, há complementaridade entre eles, pois o Circuito Inferior deriva indiretamente das inovações tecnológicas. (Rocha, 2020, p. 25).

Outro modo de entender os processos sociais agregados e as relações de interdependência que estão presentes dentro do microcosmo da feira e que são possíveis de serem apreendidos, a partir de um exame mais pormenorizado, é a noção de Fato Social Total, empregada por Émile Durkheim (1999), no qual, a partir de um fato social, isto é, um conjunto de maneiras reproduzidas na forma de agir, pensar e representações, compartilhados por uma sociedade, direcionando padrões de comportamento para adequação social, consolida-se uma

consciência coletiva, que é externa aos indivíduos, mas que os direciona socialmente. E, a partir do seu adensamento, chega-se à noção do Fato Social Total, que seria a aglutinação das várias esferas desse processo, com influências econômicas, políticas, sociais e religiosas.

A reprodução dos mecanismos e dessa memória coletiva, assim como do compartilhamento dos símbolos e signos presentes no ordenamento, consolida processos inicialmente de formar o *éthos* e, como consequência, a percepção de cultura e/ou tradição. Algo que vai estar representado nos corpos, na atribuição de valoração e na consolidação dos símbolos e signos, que se encontra na antessala da elaboração material. Considerando que espaços são paisagens culturais constituídas, tem-se espaços, corpos e objetos.

Na atualidade, teria alguns grupos sociais a possibilidade de entrar em embate com a feira, como outrora? A resposta certamente será negativa. A feira, em si, consolida-se como um espaço de arena e teste, onde várias subjetividades estão em conexão, sendo desta forma, local de diversas representações sociais. Existe uma esfera pragmática, que é o campo da labuta diária das trocas comerciais, das disputas por espaços e clientes, mas esta coexiste, em associação, a um terreno das consolidações identitárias, das subjetividades. Eles são indissociáveis.

Hoje, a feira, dessa forma, pode ser entendida como um lugar permanente de encontros, trocas, conexões e interesses que levam a população ao local.

6. A SAIDEIRA!

O que mais dizer sobre um espaço que sobreviveu a incêndios, resistiu em uma época em que ‘não era proibido proibir’ e consolidou sua relevância nesse processo?

A primeira feira, na Cidade Alta, atendia a uma população diminuta pré-existente na Kirimurê e ao invasor que aqui construiu cidades e colonizou. Desceu a escarpa, misturou-se em uma freguesia já bastante misturada. Primeiro, usando os espaços vazios da cidade, que depois foram requisitados. Da forma atropelada que foi criada, viveu, suja, precária, mas acolhedora. Acolhia como comércio e como casa a velhos e novos, crianças e adultos, pardos e pretos, mas que não agradou a elite soteropolitana, que queria outra imagem nos retratos exportados pelos turistas. Infelizmente, não resistiu, mas fecundou...

Depois veio a outra, não mais a Flandrelândia, mas tão precária quanto. Veio a modernização, veio a descoberta do petróleo, veio o posto de combustível, vieram outros interesses. Dessa vez, houve luta, mas novamente sucumbiu...

Parece que a feira aprendia, com as próprias quedas, a se levantar mais rápido e mais forte, pois, se caiu lutando, levantou-se do mesmo jeito. E, mesmo depois da consolidação, continuou lutando: contra a industrialização, contra mercados e *shoppings*, contra a velocidade do relógio de um mundo globalizado, que não espera o vento nas velas de um saveiro...Que venham os caminhões, abre-se espaço “pro” carrinho de mão. Não tem espaço para todo mundo? Briga-se por espaço, briga-se por salubridade, briga-se por respeito, briga-se pelo direito de existir. Aliás, brigar pelo óbvio parece marca registrada das populações que habitam o mundo das feiras, que, pertencendo às minorias representativas, já aprenderam que, sem luta, nada vem, nem nunca veio.

Mas, se tem briga, tem solidariedade, tem diversidade, tem samba, tem capoeira e sempre teve espaço para o diferente. Assim é a solidariedade entre os que pouco têm, e que, bem medido e bem pesado, tornou-se uma colcha de retalhos bonita, tão bonita que persistiu e hoje encanta um número ainda maior de pessoas, que cruza seus corredores. Das frutas aos artesanatos do Recôncavo, dos objetos religiosos associados ao candomblé aos temperos, hoje, todos vão à feira para se reencontrar.

Garçom, ou melhor, chefe, traz a conta que o samba já vai começar!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATAÍDE, Elizângela Rodrigues. A Feira de Água de Meninos: (1959 – 1964). In: IV Encontro Estadual de História – ANPUH – BA. **História: Sujeitos, saberes e práticas**. 2009, Vitória da Conquista. BA, 2009, p. 1 – 8.

BARRETO, Jamine Krause de Souza. **Entre a “feira velha” e a “feira nova”**: um estudo sobre a intervenção na feira de São Joaquim de Salvador, Bahia (2012 a 2016). Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais - PROET, Campus I. 2022.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CÂMARA, Marcos Paraguassu de Arruda. **Conceição e Pilar**: freguesias seculares do centro econômico e do porto de Salvador até o século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 1989.

CARDOSO et. al. **O Brasil Republicano**. Tomo III: Estrutura e Poder (1889 1930). Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CARYBÉ. **As Sete Portas da Bahia** / Textos e desenhos de Carybé; Prefácio de Jorge Amado. 5. ed. - Salvador: Assembleia Legislativa / Instituto Carybé, 2012.

CENTRO DE ESTUDOS DA ARQUITETURA DA BAHIA – CEAB. **Evolução Física de Salvador**. Salvador: Centro de Editorial Didático da UFBA, 1979.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. **Espaços Negros: Cantos e Lojas em Salvador no Século**

XIX. In: Caderno CRH Suplemento. Salvador: EDUFBA, 1991.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. Salvador, Século XVIII: Os Beneditinos e o espaço urbano. In: **Anais do XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Florianópolis, 2009.

COSTA, C. A. S. **A influência do Colégio dos Jesuítas na configuração da malha urbana de Salvador - BA (1549-1760)**. Recife: (Mestrado em Arqueologia) Conservação do Patrimônio - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2005.

DEETZ, James. **In Small Things Forgotten**. Nova York, Anchor, 1996.

DIAS, Jeanne Almeida. **Relatório Final Projeto “Avaliação de Impacto VLT Fase 1, Trecho 3 – Salvador, Bahia”**. Salvador, 2021. (Documento apresentado ao IPHAN).

DURKHEIM, Emile. **As regras do método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

SIMAS FILHO, A. (Org.). **Evolução Física de Salvador**. Salvador: Pallotti, 1998.

GAZAR, Carina; MACHADO, Renata Freitas. **Encruzilhada: uma Memória da Feira de São Joaquim**. (Memória descritiva). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. Salvador, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONÇALVES, Luiz Antonio Araújo. **A metamorfose da feira nordestina: a inserção da confecção popular**. São Paulo: Blucher/Edições UVA, 2019.

GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal**. (Salvador, 1780-1860) / Richard Graham; tradução Berilo Vargas. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GUTIERREZ, R. La expansión urbana de America”. In: **Arquitectura e Urbanismo em Iberoamerica**. Madrid: Ediciones Catédra S.A, 1983, p. 77-103.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. O Trapiche Barnabé no contexto portuário do século XVIII ao XX. In: CRUZ, Maria Cecília Velasco; LEAL, Maria das Graças de Andrade; PINHO, José Ricardo Moreno. (Org.) **“Histórias e espaços portuários: Salvador e outros portos”**. 1ª Edição. Salvador: Edufba, 2016. p. 77-121.

LEITE, R. C. N. **E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana - Salvador 1912-1916**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: UFBA, 1996.

LEMO, Maria Teresa Toríbio Brittes; MATOS, Raimundo Lopes; DEMBICZ, Andrzej (organizadores). **Fronteiras rompidas: multiculturalismo na América Latina**. RJ. UERJ / UESB, Rio de Janeiro, 2003.

MAIA, Vasconcelos. **Feira de Água de Meninos**. Salvador: Livraria Editora Progresso, 1955/ Coleção Recôncavo 4 (número).

MATTOSO, K. **Bahia**: a cidade de Salvador e seu Mercado no século XIX. São Paulo: HUCITEC. 1978.

MATTOSO, K. **Bahia século XIX**: Uma província no Império. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1992.

NASCIMENTO. Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade de Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2007.

OLIVEIRA, Neivalda Freitas de. **Rua Chile. Caminhos de sociabilidades, lugar de desejos, expressão de conflitos: 1900-1940**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, PUC, 2008.

PINHEIRO, E. P. **Europa, França e Bahia**: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador), 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

PINHEIRO JUNIOR. Vital Jonas. **Alguns aspectos da informalidade no âmbito da feira de São Joaquim**. (Monografia) Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Ciências Econômicas. Salvador, 1994.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR (PMS). **Retratos da Cidade**: Salvador antes, Salvador agora. Salvador: Secretaria de Comunicação Social/Bigraf, 1998.

ROCHA, Regina Célia Santos. **A feira dominical do Nordeste de Amaralina**: um circuito da economia urbana. Curitiba: CRV, 2020.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **50 anos de urbanização**: Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

SAMPAIO. Teodoro. **História da Fundação da Cidade do Salvador**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.

SANTOS, Milton. **O Centro da cidade do Salvador**: estudo de geografia urbana. 2.ed. 1 reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Paulo. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

SILVA, Thiago Faria. **A Feira de Água de Meninos nos filmes A Grande Feira (1961) e Sol sobre a Lama (1964)**. In: Revista Eixo. Brasília-DF, v. 8, n. 1, janeiro-junho de 2019, p. 68-76.

SOUZA, Larissa Jane de Jesus. **Proposta de intervenção do Trapiche Barnabé**. Trabalho final (Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos) – Faculdade de Arquitetura – MP-CECRE – UFBA. Salvador, 2018.

SOUZA, Márcio Nicory Costa. **A teia da feira**: um estudo sobre a feira-livre de São Joaquim, Salvador, Bahia. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2010.

SPINOLA, José. **Avenida Sete de Setembro**: mais de cem anos de histórias para contar. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2016.

TAVARES, Luís Henrique Dias Tavares. **História da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2008.

VASCONCELOS. **Transformações e permanências 1549-1999**. Salvador: EDUFBA, 2016.

VIEGAS, Jessica. **Feira de São Joaquim**: potencialidades e limites na visão do setor público. In: Seminário Estudantil de Produção Acadêmica. v. 10, n. 1 (2006).

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Notas e comentários de Braz do Amaral. Apresentação de Edison Carneiro. Vol. I, II, III. Salvador, BA: Editora Itapuã, 1969.